

Jornalismo, profissionalização e a defesa da formação escolar específica

Michelle Roxo de Oliveira¹

Resumo: A partir de um panorama sócio-histórico, o texto analisa três argumentos centrais mobilizados no Brasil em defesa da profissionalização dos jornalistas via formação escolar específica, antes da regulamentação do diploma em 1969: 1) necessidade de “dignificar” a profissão e dotar o conjunto de jornalistas de competência cultural considerada legítima; 2) necessidade de orientar as práticas jornalísticas a partir de um código de ética, vinculando o comportamento do grupo a padrões de ação virtuosos, de natureza moral; 3) necessidade de dotar os jornalistas de competência técnica específica na produção da notícia, segundo os princípios do projeto modernizador da imprensa. Observa como este processo de profissionalização respaldado por credencial acadêmica caminhou, em última instância, para o controle do direito de entrada e da autoridade para dizer quem está autorizado a dizer-se jornalista.

Palavras Chave: ensino; profissionalização; jornalismo; diploma.

Journalism, professionalization and the defense of a specific bachelor's degree

Abstract: This paper examines, from a socio-historical viewpoint, three main assumptions put forward in defense of the professionalization of the journalist through specific bachelor's degree, in Brazil, before the Ordinance for Diploma in 1969. The assumptions are: 1) the need to make the profession respectable as well as to provide to the journalism practitioners a reliable cultural basis; 2) the need to guide the journalists' code of practice by ethical perspectives, which allows to link professional group behaviour to virtuous patterns of action; 3) the need to provide particular technical competence in the area, mainly on news production process, according to a modern view of press industry. The paper also shows how that professionalization process, supported by academic formation, has evolved further to reach, at the end, a sort of barrier to new entrants into the field, based on the authoritative word by those who control the access to the profession, of the right to assure who is entitled to be a journalist.

Keywords: learning; professionalization; journalism; credentials.

Panorama sócio-histórico sobre a constituição do ensino de jornalismo no Brasil²

O ano de 1969 é conhecido pelo marco legal da instituição obrigatória do diploma específico para o exercício do jornalismo no Brasil. Com o decreto-lei 972/69, baixado durante o regime militar, a atividade passou a ter requerimentos de formação profissional delimitados pelo Estado, com base em uma credencial acadêmica. Foram cerca de quarenta anos de vigência desta regulamentação, derrubada recentemente pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 17 de junho de 2009, a corte decidiu abolir a exigência do diploma de jornalismo como requisito para o exercício da atividade. A notícia provocou grande repercussão dentro da comunidade jornalística, com manifestações contrárias e a favor da decisão³.

Esse texto, no entanto, não pretende tratar do debate atual, tampouco problematizar as justificativas acionadas pelo STF para embasar sua decisão. Seu objetivo é analisar, a partir de um panorama sócio-histórico, alguns argumentos centrais mobilizados no Brasil em defesa da profissionalização dos jornalistas via formação escolar específica, antes da regulamentação de 1969. Como processo

¹ Jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora do curso de Comunicação/Jornalismo do Centro Universitário FIAM-FAAM.

² Este texto é uma versão parcial de um dos capítulos de minha tese de doutorado (*Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional*). O artigo foi apresentado em 2009 no GP História do Jornalismo, do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom).

³ - Espaço de crítica do jornalismo brasileiro, o site *Observatório da Imprensa*, por exemplo, tem sido um importante lugar de amplificação desses debates. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

histórico, esse debate começou a se configurar no início do século XX, no interior do próprio campo, quando uma série de transformações no cotidiano do trabalho nas redações modificou também, gradativamente, os parâmetros identitários sobre o que é ser jornalista e as representações sociais que os atores têm de sua própria prática, criando condições sociais para a circulação de um discurso sobre a profissionalização.

De fato, o terreno semântico e as práticas que revelam algumas das caracterizações da identidade do jornalista brasileiro hoje devem ser compreendidos como produto de um longo e paulatino processo de construção social. A atividade, que no século XIX tinha caráter artesanal, marcadamente vinculada aos campos político e literário, começa a ganhar feições industriais no início do século XX, num contexto em que as transformações de natureza tecnológica e na organização empresarial dos grandes periódicos introduzem também mudanças nas práticas jornalísticas.

Os jornais transformam gradativamente seu modo de produção e o discurso com que se auto-referenciam, buscando expandir suas tiragens e atender a um público mais vasto e heterogêneo. Associam sua imagem à idéia de modernização e progresso e investem na construção de um lugar de credibilidade para falar sobre o mundo social, onde a descrição pretensamente neutra e fidedigna do real passa a figurar como principal objetivo. Em um contexto de legitimação deste projeto orientado por um modelo de imprensa comercial, valores como objetividade, imparcialidade e atualidade marcam os contornos daquilo que começa a ser considerado o “verdadeiro” jornalismo informativo, em contraposição às práticas jornalísticas do passado (BARBOSA, 2007a). Isto é, o paradigma da informação com base nos fatos (notícias), e não mais o texto opinativo e político-partidário, que caracterizou o período anterior, torna-se a principal vitrine do jornal. Observa-se, assim, com o avançar do século e a expansão do jornalismo comercial, o crescente predomínio de reportagens, notícias, entrevistas e a valorização de conteúdo informativo nos periódicos. Observa-se, também, a criação de vagas para um número crescente de pessoas e a complexificação da divisão do trabalho nas redações, que permite o surgimento de agentes especializados em determinada tarefa do processo produtivo, como os repórteres. Essas alterações acentuam-se de forma crescente a partir da virada do século, notadamente nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, com a transição dos jornais de estrutura simples e artesanal às empresas jornalísticas, estabelecidas em moldes comerciais e industriais (SODRÉ, 1977).

A partir do desenvolvimento dos grandes periódicos como empresas e de suas demandas emergentes em função das mudanças no contexto produtivo e na concepção do jornalismo (isto é, numa nova forma de pensar as práticas jornalísticas), surgem também condições sociais de produção e circulação de um discurso sobre a necessidade de profissionalização dos homens da imprensa, em torno do qual a questão da formação específica ganha relevância. O jornalismo foi se auto-representando, progressivamente, como campo relativamente autônomo dos campos político e literário e uma das conseqüências deste processo foi o contínuo aumento da diferenciação entre uma prática considerada amadora, improvisada, que expressava marcas identitárias de uma forma ultrapassada de fazer jornalismo, e a concepção de uma prática profissional, vinculada ao modelo de imprensa informativa, à qual foram sendo associadas imagens, expectativas e representações.

Com a organização dos jornalistas em associações e, mais adiante em sindicatos, a bandeira da profissionalização, com ênfase na dimensão formativa, tornou-se, de fato, um projeto explícito, encampado notadamente nesses espaços de representatividade. Dotadas do poder de falar e de agir em nome do grupo, essas instâncias ocuparão ao longo do século XX papel fundamental neste processo.

Os debates liderados pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), desde sua fundação em 1908, já apontavam para a necessidade de investimento na formação dos jornalistas e defendiam a criação de cursos superiores como forma de habilitação profissional. No estatuto da ABI, o jornalista Gustavo Lacerda, primeiro presidente da entidade, afirmava, no início do novo século, que era preciso “habilitar por meio de título de capacidade intelectual e moral o aspirante à profissão de jornalista” (ABI, 2002, p.16). À frente da associação entre os anos de 1915 e 1917, Raul Paranhos Pederneiras também defendeu a necessidade de uma escola de jornalismo, como forma de refinar e elevar o nível cultural do profissional. Na visão de Pederneiras, essa instância de formação acabaria com a “ignorância disseminada”, a “má fé”, os “processos indecorosos de fazer imprensa” (SEGISMUNDO, 1995, p.99).

Durante o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, promovido pela ABI em 1918, no Rio de Janeiro, o tema ganhou centralidade na pauta de discussões que, entre outros aspectos, defendia a necessidade de combater “o amadorismo jornalístico”. “Reconhecia o presidente do Congresso [João Melo] as vocações jornalísticas vitoriosas, mas prefira submeter os candidatos à profissão a um curso específico. Havia de combater-se o “jornalista adventício”, a “audácia desmedida e inconsciente” (SEGISMUNDO, 1995, p. 101).

Nos anos seguintes, o assunto continuou presente na agenda de debates destes eventos. O relatório do I Congresso da Imprensa no Estado de São Paulo, realizado em 1933, defendeu o “preparo cultural e profissional dos jornalistas”, apoiando iniciativas de organização dos cursos e escolas de jornalismo. No mesmo sentido, em 1942, o relatório do I Congresso de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo demonstrou a preocupação de elevar “o nível cultural da classe”, apontando a instituição de escolas específicas de nível superior como medida importante no processo de formação desses atores (LEUENROTH, 1987).

Em São Paulo, parte do setor patronal também se posicionou favoravelmente à criação das escolas de jornalismo, compartilhando o ponto de vista de que a formação superior atenderia à necessidade de elevação do padrão intelectual do conjunto de jornalistas e representaria uma forma de controle dos ingressantes na carreira (SILVA, 2007). A formação de jornalistas profissionais já fazia parte, na década de 30, dos planos de Cásper Líbero, proprietário do grupo *A Gazeta*, que se destacou historicamente pela iniciativa de criação da primeira escola de jornalismo do país, fundada em 1947 (MELO, 1994). Na década de 30, também o jornal *Folha da Manhã*, recebeu positivamente a proposta de criação dos cursos de nível superior de jornalismo levantada pela primeira diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. No editorial de 29 de novembro de 1937, a *Folha da Manhã* argumentava:

Os EUA e a Inglaterra possuem, como ninguém ignora, vários cursos desse gênero, incorporados às mais célebres universidades (...) É uma necessidade a Escola de Jornalismo. Há na imprensa, bem sabemos, uma boa porcentagem dos que realmente têm vocação para a carreira. Mas, ao lado destes, estão sempre, e em não pequeno número, os fracassados em outras profissões, os que procuram fazer do jornal um negócio, ou os que, por simples vaidade, aspiram ver o nome em letra de forma, ao alto de uma coluna, como vistoso cartaz. A Escola de Jornalismo selecionará os aspirantes, elevando ao mesmo tempo o nível intelectual dos profissionais da pena (apud RIBEIRO, 1998, p.44).

Está claro que a defesa da formação específica para os jornalistas brasileiros nunca foi tema consensual. Espaço social onde há manifestação de concorrência, resistência, cooperação e dominação, o campo jornalístico é estruturado por agentes que ocupam diferentes posições, expressando relações de força e interesses desiguais, que variam segundo a posição dos agentes e dos interesses associados a ela (BOURDIEU, 1997). Assim, no terreno semântico da identidade jornalística, os fluxos de significados têm sido atualizados historicamente por diferentes atores, que ocupam lugares de fala diferenciados nesta arena de lutas simbólicas, gerando um universo cognitivo heterogêneo, que abarca interesses, demandas e representações variadas e até mesmo contraditórias. Neste texto, entretanto, queremos evidenciar a existência de vozes articuladas em defesa da criação das escolas de jornalismo e alguns argumentos acionados, de forma recorrente, em torno da necessidade de profissionalização dos homens da imprensa.

O diploma superior como signo de distinção e acesso à competência cultural legítima

Aspecto importante do processo de profissionalização dos jornalistas, a posse de um título escolar específico foi associada à necessidade de “dignificar” a profissão, sendo um mecanismo eficiente de capitalização de prestígio social para o grupo. Na visão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, o jornalismo deveria ser transformado em “profissão decente” e, nesse sentido, a formação escolar cumpriria funções sociais de legitimação da atividade, maximizando o valor socialmente atribuído à competência dos atores do campo⁴.

De fato, em nossa sociedade, ser detentor de diploma é uma forma de conquistar *status* diferenciado na vida social, a certeza de inserção num outro patamar, que confere ao indivíduo capital simbólico valorizado para exercer certas funções. A formação acadêmica fornece elementos imprescindíveis para diferenciar os detentores de um saber considerado legítimo dos que não possuem esse saber, separando os que recebem esse conhecimento, produto da educação, do restante da sociedade (BARBOSA, 1996). Nesse sentido, o título exerce espécie de ritual de distinção social, dono de eficácia simbólica não negligenciável no processo de afirmação de um lugar de fala reconhecido e socialmente validado. O efeito da imposição de títulos produz classificações positivas (enobrecimento) e negativas (estigmatização), ao fixar os indivíduos hierarquicamente em função da aquisição ou não deste capital cultural certificado pelo sistema escolar (BOURDIEU, 2007).

Entretanto, a distribuição das oportunidades educacionais em nível superior, que em última instância permitem essa capitalização de prestígio social, foi condicionada historicamente, no Brasil, pela situação econômica e a origem social das famílias dos estudantes, garantindo, em larga medida, a reprodução e permanência das diferenças sociais. Segundo Florestan Fernandes (1979), até as primeiras duas décadas do século XX, setores dominantes das classes altas ainda conservavam o monopólio das oportunidades educacionais estratégicas, através das quais controlavam o acesso a posições-chaves na sociedade. A partir da década de 30, em um contexto de urbanização acelerada e industrialização, as classes médias começam a melhorar sua posição social e absorvem algumas oportunidades educacionais em nível superior.

Em relação ao contexto jornalístico, nas primeiras décadas do século XX, grande parte dos agentes que detinha formação superior nas redações dos grandes

⁴ - Proposta central apresentada pela primeira diretoria do sindicato e seu presidente Brenno Pinheiro foi a criação de um curso de nível superior especializado para jornalistas profissionais “visando o reconhecimento mais digno para a profissão” (UNIDADE, 1976, n. 9, p. 2).

periódicos brasileiros, concentrados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, era proveniente dos cursos de Direito (BARBOSA, 1996 e CAPELATO, 1989). Entretanto, ao lado dessa elite profissional, formada por intelectuais e letrados dotados de capital cultural, coexistia uma massa de jornalistas que não havia tido acesso à formação escolar superior. A preocupação expressa pela ABI em favor da criação das escolas de nível superior de jornalismo, como forma de “elevar o nível intelectual e cultural” da categoria, revela a existência de uma mão-de-obra nas redações desprovida desse capital escolar (avaliado pelo nível de instrução). De fato, com certa recorrência, relatos memorialistas sobre as práticas jornalísticas do passado fazem referência ao baixo nível intelectual e ao mau preparo ético de parte dos jornalistas dos grandes periódicos brasileiros (RIBEIRO, 2000). Alguns desses jornalistas, segundo esses relatos, não eram sequer plenamente letrados.

Nelson Rodrigues, por exemplo, oferece a seguinte descrição a respeito das redações cariocas na primeira metade do século XX:

Havia na Imprensa uma massa de analfabetos. Saíam coisas incríveis. Lembro-me de que alguém, num crime passionai, terminou assim a matéria: ‘e nem um goivinho ornara a coroa dela’. Dirão vocês que esse fecho é puramente folclórico. Não sei e talvez. Mas saía coisa parecida (In *Cadernos de Jornalismo da Fenaj*, nº 1, 1990, p. 10, apud SILVA, 2007, p.44).

Também em São Paulo, a descrição oferecida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado sobre o perfil de grande parte dos atores do campo, na década de 30, reforça essa concepção desqualificada da mão-de-obra nas redações: “Jornalista era boêmio, meio irresponsável, meio bebedor. Podia ser analfabeto ou semi-alfabetizado. Enfrentava a estrutura do patronato com a fragilidade psicológica decorrente de sua errática e inconsistente formação escolar, quando havia alguma” (RIBEIRO, 1998, p. 13).

No âmbito desses argumentos, ganhava expressão entre entidades representativas, como ABI e sindicatos, a concepção de que era preciso “educar” culturalmente a massa dos jornalistas, oferecer-lhe instrução, depurar a mão-de-obra das redações em função de uma prática profissional mais qualificada, compatível com a importância que a imprensa se auto-atribuí na vida social. Há, nesse sentido, uma busca pela valorização do lugar de fala do jornalista por meio de sua inserção nas carreiras universitárias, e a crença de que o sistema de ensino poderia garantir os instrumentos de apropriação de uma competência cultural e linguística considerada adequada ao exercício da atividade.

A dimensão moralizante associada à educação escolar

A defesa da formação escolar específica em nível superior para os jornalistas também foi associada, no Brasil, a críticas em relação ao mau preparo ético dos profissionais da imprensa. Já nas primeiras décadas do século XX, ganhava centralidade a necessidade de orientar as práticas jornalísticas a partir de um código de ética, vinculando o comportamento do grupo a padrões de ação virtuosos, de natureza moral, entre eles, o bem coletivo, a busca da informação de interesse público e a missão de informar (o que verdadeiramente se passa no mundo).

No calor desses argumentos, em 1918, o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, promovido pela ABI no Rio de Janeiro, postulava a necessidade de garantir sentido ético ao trabalho jornalístico. Segundo o relatório do congresso, “a missão incumbida

à imprensa exige dos jornalistas um trabalho atento e persistente no sentido de elevar a profissão pela exclusão de elementos nocivos ou incapazes, e pela observância cada vez maior da boa ética jornalística” (UNIDADE, 1976, n.11, p. 13).

A ideia era que a formação acadêmica específica, com sólida base ética, garantiria certa coesão e consenso moral no interior do grupo, a partir de certas representações e valores fundamentais construídos sobre o jornalismo, que funcionariam como parâmetros de “bom” desempenho profissional. Isto é, o processo educativo poderia exercer função disciplinar moralizante sobre as práticas profissionais, a partir da transmissão institucionalizada de um conjunto de orientações valorativas estabelecidas segundo uma concepção ideal sobre o modo de ser do jornalismo.

Na década de 30, o grupo reunido em torno da criação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo proclamava que a entidade tinha como objetivo “desenvolver ações para moralizar a profissão”⁵. Neste particular, o processo de regulamentação da atividade, que entre outros aspectos contemplava a criação das escolas de jornalismo, teria, na visão do sindicato, a tarefa fundamental de controlar o acesso dos ingressantes na carreira, contendo o assédio de pessoas orientadas por propósitos simplesmente utilitários, práticas inescrupulosas ou interesses de natureza política no exercício da atividade.

Na década de 40, segundo Silva (2007), o jornalismo ainda era visto como “bico” para pessoas de outras áreas de atuação, que ingressavam na atividade como forma de complementar a renda ou adquirir algum status. A figura do aventureiro, que fazia do jornalismo apenas lugar de reconhecimento ou que buscava no jornal a possibilidade de ascensão social através de negociações, suborno e chantagem, preocupava o sindicato da categoria. Assim como as práticas consideradas oportunistas, como a busca de favorecimento segundo interesses pessoais, ou a entrada na profissão como uma estratégia de mobilidade social para obter emprego público ou conquistar cargos políticos.

Em um contexto de trabalho marcado por essas relações, a formação específica ganhou expressão como uma espécie de “projeto” de profilaxia moral das práticas jornalísticas que, no limite, representava uma estratégia de valorização da identidade do jornalista profissional. Vincular o comportamento do grupo a padrões de ação orientados para o bem coletivo, desprendidos e desinteressados de ganhos particulares e utilitários, forneceria o elemento de legitimidade a uma prática que reivindicava para si importância social.

A formação universitária como senha de acesso à competência específica

Para além dos argumentos associados ao preparo ético e cultural dos agentes do campo, a defesa da formação educacional superior, como aspecto fundamental do processo de profissionalização, também foi relacionada à necessidade de dotar os jornalistas de competência técnica específica na produção da notícia. Essa competência especializada – *expertise* técnica – permitiria certa racionalização das práticas jornalísticas, tendo como base uma epistemologia fundamentada em conceitos como a objetividade, imparcialidade e neutralidade, que se tornariam, a partir dos anos 50, orientações valorativas indispensáveis aos padrões de profissionalismo. Dito de outra forma, a profissionalização do jornalista através do ensino, em certa medida, associou-se à necessidade de aquisição da competência técnica desejável, segundo os

⁵ Jornal *Unidade*, edição n. 295, de abril de 2007, p.4. “Sindicato, 70 anos defendendo o profissional jornalista”.

princípios do projeto modernizador da imprensa consolidados, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX.

Período que passou à história como a modernização mais emblemática do fazer jornalístico, os anos 50 foram marcados por amplas reformas editoriais, redacionais, gráficas e empresariais, implantadas notadamente nos jornais diários do Rio de Janeiro. No entanto, mais do que indicarem rupturas, essas reformas representaram a consolidação de transformações que foram desenhadas no campo jornalístico desde o início do século XX, como parte da configuração de um modelo de imprensa comercial e informativa. Como observa Ribeiro (2000), o reconhecimento do imaginário de uma imprensa objetiva e imparcial encontrou o contexto propício para sua amplificação nos anos 50, criando condições para a emergência de uma comunidade discursiva unida em torno desses valores. Encontrou, no mesmo sentido, o terreno favorável para a normatização das práticas jornalísticas segundo um saber técnico⁶ – inspirado em larga medida no modelo norte-americano de jornalismo.

Com as reformas dos anos 50, o jornalismo buscou tomar forma e estatuto de uma comunidade discursiva própria. Isso significou o investimento na construção de um lugar institucional pensado como neutro e independente e na produção da legitimidade desse lugar, bem como do jornalista profissional que fala a partir dele (RIBEIRO, 2000).

É possível observar que à medida que o jornalismo marcava sua distinção em relação aos campos político e literário aproximava-se mais das características de uma linguagem técnico-científica, orientada por impessoalidade objetiva e fundamentada por um saber especializado que se converte em autoridade em relação à semantização do real. A prática aprendida na universidade conferiria, nesse sentido, um capital simbólico, princípio de legitimidade indispensável para os atores do campo pois, como observa Barbosa (2007b, p. 12), construir um discurso neutro e que espelha o mundo era também dotar esse discurso de uma aura de cientificidade. “Nada melhor, portanto, para validar a prática do que torná-la científica, portadora de um saber próprio, que só poderia ser aprendido nos bancos da universidade”.

Considerado por seus defensores o lócus privilegiado do aprendizado deste saber especializado, o ensino superior de jornalismo ajudaria a fortalecer entre os jornalistas um sentido de categoria profissional, associado à posse de identidade reconhecida e fundamentada segundo um princípio de divisão, de diferenciação de outros grupos sociais. Desempenharia também papel significativo na constituição do perfil do “jornalista moderno”, segundo as exigências apresentadas pelas empresas num cenário de maior racionalização das práticas jornalísticas e adoção de modernas técnicas de redação e estruturação dos textos. A ideia é que o exercício da profissão exigiria uma competência cultural, mas também o conhecimento dos respectivos instrumentos e técnicas jornalísticas. A escola, nesse sentido, seria lugar de desenvolvimento de um treino especializado, “adestrando” o aluno para alcançar posições no mercado de trabalho (RIZZINI, 1953).

O efeito de “fechamento” produzido por uma credencial acadêmica

Como pano de fundo do processo de profissionalização respaldado por credencial acadêmica, é possível observar no jornalismo um movimento pelo monopólio do exercício profissional - característica que pode ser encontrada

⁶ - Foi nesse período, por exemplo, que a objetividade ganhou forma de técnica e o *lead* – símbolo máximo do jornalismo moderno - passou a ser a fórmula hegemônica de abertura dos textos informativos (RIBEIRO, 2000).

historicamente em diferentes ocupações que buscaram a afirmação de um lugar próprio, dono de saber específico, fundamentado pela educação de nível universitário.

O argumento central que acompanha esse processo de monopolização é de que apenas um corpo de especialistas – dotado de um saber especializado na produção da notícia – deve ser socialmente reconhecido como detentor exclusivo da competência necessária para as funções jornalísticas. Assim, como observa Bourdieu (1996a, p. 28), por meio do exercício de uma competência técnica se exerce uma competência social, a do locutor legítimo, autorizado a falar e falar com autoridade - pessoa reconhecida como habilitada e hábil para produzir uma classe particular de discurso.

A questão da profissionalização, de fato, pode ser entendida como processo que classifica uma ocupação desenvolvida no mundo do trabalho como profissão, mediante a circunscrição de um domínio de conhecimentos e competências específicas. Mas para além do conteúdo dos conhecimentos propriamente ditos, o título acadêmico exerce efeito significativo nas estratégias de fechamento, de delimitação das fronteiras profissionais. Isso porque o reconhecimento de determinado grupo de especialistas como monopolizador de um saber implica na exclusão dos demais grupos, que são transformados em “leigos”, destituídos de capital simbólico (BOURDIEU, 2005), de autoridade para o exercício da atividade e, portanto, destituídos também do acesso a posições ocupacionais e oportunidades de natureza econômica associados a elas. Weber (2004, p. 231) já havia observado que o clamor por diplomas universitários e atestados de formação em todas as áreas, independente do conteúdo do conhecimento que possam atestar, revelam pretensões de restrição, de monopolização do acesso, por grupos específicos, a posições social e economicamente vantajosas na divisão social do trabalho. A causa disso, na avaliação do teórico, não era “uma repentina ‘sede de sabedoria’, mas sim a vontade de limitar a oferta de cargos e de monopolizá-los em favor dos possuidores do atestado de formação”. De fato, como observa Diniz, o “fechamento” com base em credenciais acadêmicas foi incluído como recurso estratégico em vários projetos profissionais, tendo em vista a monopolização de posições privilegiadas no mercado de trabalho e de *status* na hierarquia ocupacional (2001, p.130 e 171).

No âmbito dessa discussão, observamos como o discurso sobre a necessidade da profissionalização e da formação específica no campo jornalístico, em última instância, também se relacionou à tentativa de construção da autoridade e do reconhecimento dos jornalistas enquanto sujeito detentor de saber próprio, sancionado via sistema escolar, sendo acionado como recurso estratégico de monopolização de mercado. Em outras palavras, a ideia é que nem todos podem ser jornalistas profissionais, tampouco podem ter acesso às oportunidades econômicas associadas a essa posição, mas somente aqueles que detêm o saber formalizado e reconhecido, certificado pela credencial acadêmica.

A senha de acesso ao campo, no Brasil, passaria a ser representada pelo diploma de bacharel em jornalismo, com a instituição do decreto-lei 972, de 17 de outubro de 1969. O efeito de fechamento produzido por esse decreto, que instituiu o monopólio profissional via credencialismo acadêmico, é expresso de forma representativa no editorial assinado pela diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo:

Cuidar para que a profissão seja exercida por profissionais qualificados de acordo com o decreto-lei 972 é uma tarefa de todos os jornalistas. Assim como o jornalista não exerce funções de agrônomo, arquiteto ou farmacêutico, ele não deve admitir que outras pessoas, de outras profissões, sem a necessária qualificação, ocupem seu lugar. É seu

direito e dever cuidar para que o mercado de trabalho do jornalista seja disputado por jornalistas (UNIDADE, 1977, n. 18, p. 3).

Considerações finais

Se os processos identitários são sempre relativos a algo específico que está em jogo, observamos neste texto como a classificação “jornalista profissional”, vinculada à formação superior específica, foi associada a interesses simbólicos fundamentais para parte do grupo. A defesa da educação universitária emergiu historicamente como estratégia de investimento no valor social e legitimidade do lugar de fala do jornalista, sendo justificada pela necessidade de dignificar a profissão, moralizar as práticas nas redações, dotar o conjunto dos jornalistas de uma competência cultural e saber específico.

A posse de um título escolar também colocou em jogo interesses materiais decisivos. Capitalizar prestígio a partir deste capital seria um argumento para reivindicar melhores condições de trabalho e salários, elevar o padrão econômico e permitir certa mobilidade social aos jornalistas. A partir da instituição do diploma específico, por exemplo, a reivindicação por melhores salários tornou-se de fato uma das principais bandeiras do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo⁷.

Por fim, a credencial acadêmica tornou-se também uma forma de justificar o monopólio do exercício profissional, isto é, o controle do direito de entrada e da autoridade para dizer quem está autorizado a dizer-se jornalista. No terreno das lutas classificatórias travadas pela definição da identidade do jornalista profissional, esse controle, com a regulamentação da obrigatoriedade do diploma em 1969, passou a ter como princípio de organização a distinção entre jornalistas “diplomados” e “não diplomados”.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva Carlos. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a.

_____. **Práticas jornalísticas: um percurso histórico a partir dos vestígios**. Texto apresentado no III Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2007b.

_____. **Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Tese de doutorado em História defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996a.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

⁷ - A fala do então presidente da entidade, Audálio Dantas, em 1976, é representativa: “A reivindicação de um salário piso condizente com a importância do trabalho do jornalista, principalmente depois que, por força de um decreto do Governo federal, a profissão foi regulamentada, exigindo-se grau universitário para seu exercício, tem sido uma constante em todos os congressos e conferências nacionais de nossa categoria” (UNIDADE, 1976, n. 15, p. 3).

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**: Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Renavan, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

LEUENROTH, Edgard. **A organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951**. São Paulo: Com-Arte, 1987.

MELO, José Marques de. Cásper Líbero, Pioneiro do Ensino de Jornalismo no Brasil. In: **Transformações do Jornalismo Brasileiro: Ética e Técnica**. São Paulo: Intercom, 1994, p. 13-24.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp, 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese de doutorado, 2000.

RIZZINI, Carlos. **O ensino do jornalismo**. Rio de Janeiro, 1953.

SEGISMUNDO, Fernando. **Comunicação**: do tijolo ao lêiser. Rio de Janeiro: Unigraf, 1995.

SILVA, Marco Antônio Roxo. **Jornalistas, pra quê? Militância sindical e o drama profissional**. Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF), 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

Textos de jornais

ABI de relance. **Jornal da ABI**. Rio de Janeiro, março/abril de 2002.

A fundação e o início do nosso Sindicato. **Jornal Unidade** – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Edição de abril de 1976, n. 9, p.2.

O nosso teimoso ofício de pensar. **Jornal Unidade** - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Edição de junho de 1976, n.11, p.13.

Salário, a questão principal. **Jornal Unidade** - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Edição de outubro de 1976, n.15, p.3

O exercício profissional e a fiscalização. **Jornal Unidade** - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Edição janeiro e fevereiro de 1977, n. 18, p.3.

Sindicato, 70 anos defendendo o profissional jornalista. **Jornal Unidade**. Edição de abril de 2007, n. 295, p.4.

Recebido para publicação em 07-05-13; aceito em 05-06-13